



AO ILMO.(A) SR.(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA
FAETEC-RJ

Processo Administrativo n.º SEI-260005/000028/2021

TOMADA DE PREÇO Nº001/2021

Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a),

ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, CNPJ 05.021.736/0001-60, representada neste contrato pelo sócio **Tiago Da Silva Pereira**, inscrito no CPF sob o n.º 087.710.977-08 e RG nº 12210792-3, *vem* apresentar através deste, perante Vossa Senhoria, amparado pela lei nº 8.666/93 em seu artigo 38, inciso VIII, apresentar o presente.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra sua Inabilitação no processo licitatório

Pelos fatos a seguir aduzidos:

A empresa recorrente, vem através desta fazer pleno gozo do direito em que lhe dispõe o art. 109, I, a, da lei n 8.666/93.

Junto a essa Comissão, com o fito de recorrer da sua inabilitação realizada em 16/09/2021, mediante Ata Presencial TP nº 001/2021, o qual objetiva a contratação de empresa especializada, devidamente regularizada, para prestar, junto a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC, OBRA DE REFORMA DE MURO

EXISTENTE, e REPARO dos forros de gesso do auditório e dos banheiros do primeiro andar do prédio da presidência, situado na Rua Clarimundo de Melo, nº847, Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro / RJ, com fornecimento de todo material e mão de obra necessários.

Com a realização da fase de disputa, análise da proposta de preço e habilitação, es empresa foi inabilitada no processo licitatório, entretanto, de forma equivocada, justificando o presente recurso. Vejamos:

I-DA INABILITAÇÃO EQUIVOCADA DA RECORRENTE

I.a) DO SUPOSTO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 6.6.1.e

“... Essa Declaração de Conhecimento das Condições de Execução do Objeto Contratual deverá ser elaborada de acordo com o Anexo XVIII, devendo o representante legal da licitante assiná-lo, reconhecendo firma, devendo ser entregue pelo licitante em conjunto com os documentos de habilitação.”

Conforme descrito na Ata nº 001/2021, a recorrente apresentou a declaração, todavia, sem reconhecer Firma – Afirma a recorrente, que não foi a primeira vez que participou de processo licitatório nesta administração, não tendo tido problema anteriormente com este a falta de reconhecimento de firma.

Importante frisar, que na sessão do dia 16/09/2021 a recorrente estava representada pelo seu sócio - **Tiago Da Silva Pereira** (vide assinatura na Ata e nos documentos apresentados). Assim, segundo a doutrina brasileira, a presente ação da administração pública é conhecida como “*Mitigação do Formalismo*”, vez que a desclassificação licitatória deve basear-se apenas em vícios insanáveis, o que não é o caso.

A nova Lei de Licitação prevê em seu artigo 12, V, **a desnecessidade de reconhecimento de firma, a qual somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade ou por imposição legal**. Logo, se o Sócio da empresa encontra-se presente em sessão, ou seja, se quem tem poder legal para manifestar-se encontra-se presente, não seria uma razão para inabilitação. Contudo, se assim Não concorda o (a) Ilustríssimo(a)

Senhor(a) Pregoeiro(a) poderia abrir prazo para a apresentação do documento com firma reconhecida e NÃO fundamentar inabilitação por esta razão.

O TCU em seu Acórdão 357/2015 entende:

ENUNCIADO

“...Falhas formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação da licitante. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.

.....

..

1.O intuito basilar dos regramentos que orientam as aquisições pela Administração Pública é a contratação da proposta que lhe seja mais vantajosa, obedecidos os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. 2. No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados....”(<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/documento/jurisprudencia-selecionada/formalismo/%2520/score%2520desc%252C%2520COLEGIADO%2520asc%252C%2520ANOACORDAO%2520desc%252C%2520NUMACORDAO%2520desc/1/sinonimos%253Dtrue>) – grifou-se

Portanto a ausência de procedimento cartorário não é causa para inabilitação.

I.b) DO SUPOSTO NÃO CUMPRIMENTO DO ITEM 6.6.1.b2

Na ATA nº 001/2021, ora recorrida, a administração foi contraditória em seu fundamento para inabilitação da empresa recorrente.

A empresa **ROSTI EMPREENHIMENTOS LTDA** apresentou como Responsável Técnico, a profissional Lisli Galvão Boucinha que não possui vínculo empregatício com a citada licitante, sendo a mesma, parte integrante da Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo como responsável técnico, com validade em 30/09/2021, não atendendo ao disposto da alínea “b2”, conforme descrito a seguir:

“A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referida(s) Declaração(es) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA/CAU, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.”

Na Primeira parte do parágrafo afirma que a profissional “Lisli Galvão Boucinha” não possui vínculo empregatício com a recorrente, já na segunda parte do parágrafo reconhece que esta encontra-se integrada a Certidão de Registro e Quitação Pessoa Jurídica do Conselho de Arquitetura e Urbanismo como responsável técnica, **porque de fato está e é!!!!**

A profissional mencionada encontra-se no quadro técnico da empresa recorrente desde 05/01/2016, conforme certidão.

Ocorre, que diferente do afirmado na Primeira parte do parágrafo, arquiteta “Lisli Galvão Boucinha” possui vínculo sim com a recorrente, estando esta no quadro de técnicos da empresa.

Cumpra esclarecer que no subitem b.2 do item 6.6.1 da Qualificação técnica é mencionado de forma clara que a comprovação de que a Responsável Técnica é vinculada à licitante pode ser feita através da Certidão de Registro do CREA/CAU conforme grifo abaixo.

6.6.1 Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão se apresentados os seguintes documentos:

b.2) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referida(s) Declaração(es) de Responsabilidade Técnica é(são) vinculado(s) à licitante deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA/CAU, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou através de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

Diante do fato, crê a recorrente que houve um equivoco e/ou erro material sanável por parte da administração pública. Portanto, o motivo que a inabilita não merece prosperar.

Diante do exposto, podemos afirmar que a INABILITAÇÃO da recorrente foi equivocada, razão pela qual merece ser reavaliada.

II - ERRO MATERIAL

O erro material ocorre em sentença ou outra decisão proferida pelo executivo, legislativo ou judiciário, sendo um vício sanável por meio do recurso.

Conforme o art. 494 do Novo CPC:

“Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la:
I – para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexactidões materiais ou erros de cálculo...”

Por isso, o erro material é aquele perceptível e sem maior exame, acarretando um desacordo entre a vontade de quem a expressa e a que fora colocada em decisão.

O intuito da previsão é justamente **reconhecer que pequenos erros podem acontecer e que podem ser devidamente sanados.**

A jurisprudência a seguir pode ilustrar a ocorrência do erro material.

“...EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS RECURSOS ESPECIAIS. ERRO MATERIAL. CONFIGURADO QUANTO À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA. CORREÇÃO. VALOR DA CAUSA. AUSÊNCIA DE DEVOLUTIVIDADE. MATÉRIA NÃO APRECIADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARCIALMENTE ACOLHIDOS. (STJ – Acórdão Edcl no Resp 1387667 / Sp, Relator(a): Min. Raul Araújo, data de julgamento: 01/12/2015, data de publicação: 16/12/2015, 4ª Turma).”

Erros acontecem e o ser humano está sujeito a falhas, inclusive os magistrados. Em razão disso, o Código Processual Civil trouxe a previsão desse erro e a possibilidade de correção.

Diante de todos os fatos trazidos, cumpre observar que a suposta decisão de inabilitação da recorrente ainda er revista, pois não se trata de ato vinculado da Administração Pública, conforme dispõe claramente a Súmula nº. 473 do Supremo Tribunal Federal:

“A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

Portanto, denota-se que a Administração Pública pode rever seus atos – em alguns casos a qualquer tempo e em outros dentro de prazo recursais, o qual enquadra-se o presente recurso administrativo.

Em regra, o erro material não acarreta prejuízo. Todavia, não sendo sanado o erro contido a Ata Presencial TP nº 001/2021, haverá prejuízo irreparável a empresa recorrente, a qual será penalizada.



IV - DO PEDIDO

Por todo o exposto, roga desde já ao Ilustríssimo Presidente que sejam analisados os itens arrolados e fundamentados, bem como a documentação desta empresa; Gerando por consequência:

- a) Tornar nula a decisão inabilitação da empresa recorrente na **TOMADA DE PREÇO N°001/2021**;
- b) A habilitação da empresa recorrente;
- c) E, se assim ainda for entendido pela presente Comissão de Licitação, seja aberto prazo para apresentação da declaração do item "6.6.1.e" com firma reconhecida.

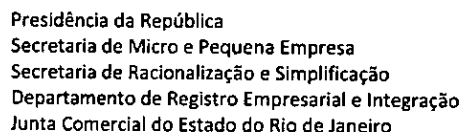
Ad argumentandum tantum, caso seja julgado improcedente este recurso, roga que o Nobre Presidente se digne submeter este instrumento a análise da autoridade superior.

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2021.

05.021/2020/0001-60
ROSTI EMPREENDIMENTOS
LTDA
TIAGO DA SILVA PEREIRA - SÓCIO
PEDRO RATES BASTOS - CEP 28.860-000
ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA-ME
CASIMIRO DE ABREU RJ



**Delegacia de Casimiro de Abreu**

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0691120-1

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

Data de criação do protocolo na web: 04/05/2021
15:06:24

79-2021/116997-8

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA ME

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

[illegible]

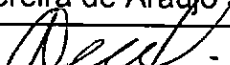
Casimiro de Abreu

Requerente

Local

04 de maio de 2021

Data

Nome:	Acyr Pereira de Araujo Junior
Assinatura:	
Telefone de contato:	(22) 2778-1283
E-mail:	jrcontabilidade@entornet.com.br
Tipo de documento:	Híbrido
Data de criação:	04/05/2021
Data da 1ª entrada:	04/05/2021



79-2021/116997-8

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA ME

NIRE: 332.0691120-1 Protocolo: 79-2021/116997-8 Data do protocolo: 04/05/2021

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 05/05/2021 SOB O NÚMERO 00004061161 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BCFEC3696EAB5219249109D64B5BCF6084995298059DAC1CB43F3E6C0CA30118

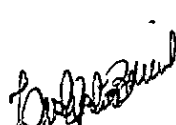
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.




Paq. 2/9

5º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA ME

Os abaixo assinados **TIAGO DA SILVA PEREIRA**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº. 12210792-3, expedida pelo Instituto Felix Pacheco e do CPF nº. 087.710.977-08, nascido em 22/07/1981, residente e domiciliada a rua Hervan Azevedo Muniz, 28 - casa 02 - Centro - Casimiro de Abreu - RJ - CEP.: 28.860-000; e **LISLI GALVÃO BOUCINHA**, brasileira, solteira, empresária, filha de Ailton Gonçalves Boucinha e de Mara Aparecida Galvão Boucinha, nascida em 24/08/1988, portadora da carteira de identidade n.º 21661055-0 exp. pelo DETRAN/RJ e do CPF n.º 130.554.327-03, residente e domiciliado à Rua Salomão Elias, nº 52 - Centro - Casimiro de Abreu-RJ - CEP 28860-000; únicos sócios da sociedade limitada denominada "**ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA ME**" registrada na JUCERJA sob o nº 33206911201 por despacho de 12/04/2002, inscrita no CNPJ sob o n. 05.021.736/0001-60, resolvem de comum acordo e nas formas da lei reativar e alterar seu contrato social nos termos da presente 3º Alteração Contratual, mediante as seguintes cláusulas e condições:

 1º) - A sócia **LISLI GALVÃO BOUCINHA**, acima qualificado, vende e transfere 2.000 (duas mil) quotas de seu capital na mesma para **TIAGO DA SILVA PEREIRA**, acima qualificado. A sócia, **LISLI GALVÃO BOUCINHA** declara haver recebido neste ato a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), assim, como também declara ter passado todos os seus direitos e haveres destas quotas, nada mais tendo a reclamar, seja a que título for, dando plena, geral, rasa e irrevogável quitação. O sócio **TIAGO DA SILVA PEREIRA**, passa a assumir os direitos e deveres emanados da propriedade e posse das quotas adquiridas, passando a responder, também, pelo **ATIVO** e **PASSIVO** da sociedade.

 2º) **DO OBJETO** - O objeto da sociedade passa a ser **COMERCIO VAREJISTA** de artigos de cama, mesa e banho, de linhas e aviamentos; de artigos de papelaria, livraria e de escritório; equipamentos de informática, peças, acessórios, suprimentos e periféricos; eletrodomésticos, utensílios e equipamentos de cozinhas domésticas e industriais; equipamentos fotográficos, gráficos e cinematográficos; materiais e equipamentos musicais; materiais e equipamentos de segurança do trabalho; ferramentas em geral; mobiliário urbano; aparelhos e equipamentos de sinalização, cones, semáforos, painéis e placas indicativas e luminosas; materiais e equipamentos para jardinagem; produtos metalúrgicos, vidros, tintas, e madeiras; roupas, uniformes, artigos de vestuário em geral para uso profissional e de segurança do trabalho; materiais e equipamentos esportivos, caça, pesca e camping; peças, pneus, câmaras,

lubrificantes e acessórios para veículos automotores; horto e sementes na área agropecuária; insumos agrícolas; flores; rações em geral; artefatos de madeira e divisórias; aparelhos eletrônicos e de comunicação; materiais elétricos e hidráulicos; materiais de higiene e limpeza; veículos novos e semi-novos; brinquedos, brinquedos pedagógicos, playground; artigos do vestuário e acessórios; lubrificantes; ferragens, madeira e materiais de Construção; equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação; Extintores, recarga de extintores; Comercio de máquinas, aparelhos equipamentos e instrumentos para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico e a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de manutenção preventiva, manutenção corretiva, reparação e instalação de equipamentos de informática; telefonia, aparelhos de ar condicionado, geladeiras, freezers e bebedouros em geral; serviços gráficos, estampa e off-set; artes gráficas em computador; produção, organização e apoio de eventos; ornamentação; decoração; buffet; coquetel; produção de espetáculos de som e luz; Serviços de áudio visual; filmagem; publicidade; divulgação; locução; transportadora; Serviço de reboque de veículos; Transporte de pessoas; Locação de máquinas, veículos, caminhões, equipamentos pesados, guindastes, muncks, guinchos, embarcações em geral e outros meios de transporte, sem ou com motorista e/ou operador; Locação Andaimos; Locação de palco, som, iluminação, arquibancadas, geradores, grades e equipamentos em geral para shows artísticos e eventos; Elaboração de Projetos e Planejamentos; Terraplenagem; Construção Civil; Reforma, Manutenção e Instalação Elétrica e hidráulica; Urbanização, manutenção de ruas, praças, jardins, brinquedos e calçadas, calçamento e pavimentação asfáltica de ruas e estradas; Instalação e Manutenção de iluminação publica; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construção correlatas; Limpeza, manutenção, retirada de entulho, varrição e capina de vias publicas, ruas, de rios, canais, lagos, lagoas e represas; Drenagem e dragagem de rios e afins; Paisagismo; Terraplanagem; Fundações; Estruturas Metálicas; Manutenção Predial, residencial, comercial e urbana; Serviços de arquitetura; Serviços de engenharia; Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia; Atividades paisagísticas e jardinagem; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Fotocópias.

Abaixo transcrevemos o contrato social consolidado e ratificado até a presente 5ª alteração contratual:

CONTRATO SOCIAL

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA ME

NIRE: 332.0691120-1 Protocolo: 79-2021/116997-8 Data do protocolo: 04/05/2021

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 05/05/2021 SOB O NÚMERO 00004061161 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: BCFEC3696EAB5219249109D64B5BCF6084995298059DAC1CB43F3E6C0CA30118

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



1ª) DA SEDE E FORO - A sede da sociedade será a Avenida Presidente Kennedy, s/nº - lote 16 - Pedro Rates Bastos - Casimiro de Abreu, Estado do Rio de Janeiro, podendo abrir filiais e escritórios comerciais em qualquer ponto do país.

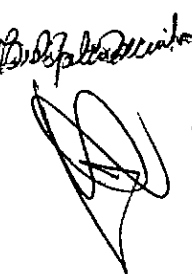
2ª) DA DENOMINAÇÃO SOCIAL - A sociedade girará sob a denominação social de "ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA ME", por tempo indeterminado, iniciando suas atividades em 01/05/2002.

3ª) DO OBJETO - O objeto da sociedade é o COMERCIO VAREJISTA de artigos de cama, mesa e banho, de linhas e aviamentos; de artigos de papelaria, livraria e de escritório; equipamentos de informática, peças, acessórios, suprimentos e periféricos; eletrodomésticos, utensílios e equipamentos de cozinhas domésticas e industriais; equipamentos fotográficos, gráficos e cinematográficos; materiais e equipamentos musicais; materiais e equipamentos de segurança do trabalho; ferramentas em geral; mobiliário urbano; aparelhos e equipamentos de sinalização, cones, semáforos, painéis e placas indicativas e luminosas; materiais e equipamentos para jardinagem; produtos metalúrgicos, vidros, tintas, e madeiras; roupas, uniformes, artigos de vestuário em geral para uso profissional e de segurança do trabalho; materiais e equipamentos esportivos, caça, pesca e camping; peças, pneus, câmaras, lubrificantes e acessórios para veículos automotores; horto e sementes na área agropecuária; insumos agrícolas; flores; rações em geral; artefatos de madeira e divisórias; aparelhos eletrônicos e de comunicação; materiais elétricos e hidráulicos; materiais de higiene e limpeza; veículos novos e semi-novos; brinquedos, brinquedos pedagógicos, playground; artigos do vestuário e acessórios; lubrificantes; ferragens, madeira e materiais de Construção; equipamentos de áudio e vídeo; Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação; Extintores, recarga de extintores; Comercio de máquinas, aparelhos equipamentos e instrumentos para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico e a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS de manutenção preventiva, manutenção corretiva, reparação e instalação de equipamentos de informática; telefonia, aparelhos de ar condicionado, geladeiras, freezers e bebedouros em geral; serviços gráficos, estampa e off-set; artes gráficas em computador; produção, organização e apoio de eventos; ornamentação; decoração; buffet; coquetel; produção de espetáculos de som e luz; Serviços de áudio visual; filmagem; publicidade; divulgação; locução; transportadora; Serviço de reboque de veículos; Transporte de pessoas; Locação de máquinas, veículos, caminhões, equipamentos pesados, guindastes, muncks, guinchos, embarcações em geral e outros meios de transporte, sem ou com motorista e/ou operador; Locação Andaimos; Locação de palco, som, iluminação, arquibancadas,

geradores, grades e equipamentos em geral para shows artísticos e eventos; Elaboração de Projetos e Planejamentos; Terraplenagem; Construção Civil; Reforma, Manutenção e Instalação Elétrica e hidráulica; Urbanização, manutenção de ruas, praças, jardins, brinquedos e calçadas, calçamento e pavimentação asfáltica de ruas e estradas; Instalação e Manutenção de iluminação pública; Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construção correlatas; Limpeza, manutenção, retirada de entulho, varrição e capina de vias públicas, ruas, de rios, canais, lagos, lagoas e represas; Drenagem e dragagem de rios e afins; Paisagismo; Terraplanagem; Fundações; Estruturas Metálicas; Manutenção Predial, residencial, comercial e urbana; Serviços de arquitetura; Serviços de engenharia; Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia; Atividades paisagísticas e jardinagem; Serviços combinados de escritório e apoio administrativo; Fotocópias.

4º) DO CAPITAL - O capital social é de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), representados por 200.000 (duzentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, sendo todas subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente do país, assim distribuídos:

O Sócio TIAGO DA SILVA PEREIRA, subscreve e integraliza 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

 5º) DA RESPONSABILIDADE - Nos termos do art. 1.052 do decreto Lei n.º 10.406 de 10/01/2002, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

6º) DA ADMINISTRAÇÃO E GERÊNCIA DA SOCIEDADE - A Administração e Gerência da sociedade será exercida por TIAGO DA SILVA PEREIRA, individualmente para todos os seus fins. Os sócios ficarão isentos de caução, sendo vedado o uso pessoal e da firma em avais, endossos, fianças ou qualquer outro objeto de favor que seja de restrito interesse da sociedade.

7º) DAS RETIRADAS PRO-LABORE - Para suas despesas particulares a sócia acima qualificada terá direito a uma retirada mensal, desde que no exercício de suas funções, livremente estipulada entre os sócios.

8º) DO BALANÇO GERAL - Anualmente em 31 de dezembro se procederá a um balanço geral da sociedade, sendo os lucros ou prejuízos verificados, distribuídos ou

suportados pelos sócios, na proporção de suas quotas-partes do capital, ou mantidos na sociedade para futura compensação de resultados apostos.

Parágrafo Primeiro: A Sociedade poderá apurar mensal, trimestral, ou em outra data, a critério do administrador, os lucros e perdas, através do balanço de resultado econômico.

Parágrafo segundo: É permitida a distribuição antecipada dos lucros do exercício, observando a disponibilidade financeira da sociedade, quando apurados mediante balancete e balanço de resultado econômico; respeitando-se a obrigatoriedade de reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, de acordo com o artigo 1059 da Lei n.º 10.409/2002.

9ª) DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS - A nenhum sócio será permitido alienar, ceder, transferir ou onerar suas cotas, no todo ou em parte, sem expresse consentimento por escrito do outro sócio que terá a preferência na aquisição, cabendo em igualdade de preço e condições, o direito de preferência.

10ª) DA INTERDIÇÃO E DO FALECIMENTO - Em caso de interdição, falecimento, retirada ou inabilitação de qualquer sócio, a sociedade não se dissolverá. Os herdeiros ou sucessores assumirão as cotas e a função do sócio impedido, sem que haja dissolução de continuidade da sociedade.

11ª) DAS DIVERGÊNCIAS - Na hipótese de divergências entre os sócios, estes procurarão resolve-las amigavelmente. Se, entretanto, dentro de 30 (trinta) dias não chegarem a um acordo, nomearão um árbitro comum a todos, que decidirá pela divergência havida, sem ser necessário recorrer a outros canais.

12ª) DOS CASOS OMISSOS - Os Casos omissos e não previstos no presente instrumento, serão regulados pelo decreto lei n.º 10.406 de 10/01/2002 e demais leis que regulam a matéria.

13ª) DO FORO - Fica Eleito o Foro desta Comarca para dirimir quaisquer dúvidas ou questões da sociedade, não previstas no presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14ª) DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO - O Administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, a inda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por

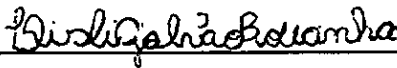
crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesas da concorrência, contra as relações de consumo, fé publica, ou a propriedade.

Assim, justos e contratados, assinam o presente contrato social em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que lidas e achadas conforme, comprometem-se a observá-las por si, seus herdeiros e sucessores.

Casimiro de Abreu, 03 de Maio de 2021.

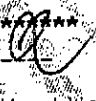



TIAGO DA SILVA PEREIRA



LISLI GALVÃO BOUCINHA

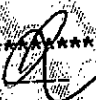
SERVIÇO DO OFÍCIO ÚNICO DE CASIMIRO DE ABREU
Rua Waldemir Heninger da Silva nº 400 - Lendas 03 e 05 - Centro Casimiro de Abreu - RJ
Reconhecimento de firma em nome de: **LISLI GALVÃO BOUCINHA**


Em Test. da da verdade. Conf. por: 
Consulte a validade do selo em
Selo: EDSV85481 ARY - <https://www3.tjrj.js/sitepublico>
CASIMIRO DE ABREU - RJ, 04/05/2021 - Valor: R(\$)**8,54**
ELIZABETH CORREA NUNES - TABELIA SUBSTITUTA MAT. 94/4955



Elizabeth Corrêa Nunes
Tabela Substituta
Mat. 94/4955

SERVIÇO DO OFÍCIO ÚNICO DE CASIMIRO DE ABREU
Rua Waldemir Heninger da Silva nº 400 - Lendas 03 e 05 - Centro Casimiro de Abreu - RJ
Reconhecimento de firma em nome de: **TIAGO DA SILVA PEREIRA**

Em Test. da da verdade. Conf. por: 
Consulte a validade do selo em
Selo: EDSV85480 NDQ - <https://www3.tjrj.js/sitepublico>
CASIMIRO DE ABREU - RJ, 04/05/2021 - Valor: R(\$)**8,54**
ELIZABETH CORREA NUNES - TABELIA SUBSTITUTA MAT. 94/4955



Elizabeth Corrêa Nunes
Tabela Substituta
Mat. 94/4955



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:
• Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJP2100093331

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 05.021.736/0001-60
---	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244 Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ74739135 - 05021736000160

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME TIAGO DA SILVA PEREIRA	CPF 087.710.977-08
LOCAL	DATA 03/05/2021

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 05.021.736/0001-60

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6 Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. ***** Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/107212212200909768765>



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.021.736/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/04/2002
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ROSTI	PORTE ME
--	--------------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto 37.02-9-00 - Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes 42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.19-3-00 - Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente 43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica 43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.91-6-00 - Obras de fundações 45.11-1-02 - Comércio a varejo de automóveis, camionetas e utilitários usados 45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.52-1-00 - Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação 47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO AV PRESIDENTE KENNEDY	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE 16
--	---------------	-------------------------------

CEP 28.860-000	BAIRRO/DISTRITO PEDRO RATES BASTOS	MUNICÍPIO CASIMIRO DE ABREU	UF RJ
--------------------------	--	---------------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO ROSTI.CONTATO@GMAIL.COM	TELEFONE (22) 2778-2084
---	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/05/2021** às **09:43:16** (data e hora de Brasília).

Página: **1/2**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.021.736/0001-60 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/04/2002
NOME EMPRESARIAL ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.73-3-00 - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE KENNEDY	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO LOTE 16
CEP 28.860-000	BAIRRO/DISTRITO PEDRO RATES BASTOS	MUNICÍPIO CASIMIRO DE ABREU
UF RJ		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ROSTI.CONTATO@GMAIL.COM		TELEFONE (22) 2778-2084
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **13/05/2021** às **09:43:16** (data e hora de Brasília).

Página: **2/2**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAÍBA
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484
<http://www.azevedobastos.not.br>
E-mail: cartorio@azevedobastos.not.br



DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital¹ ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes².

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **06/01/2021 10:27:43 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ROSTI EMPREENDIMENTOS LTDA** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail autentica@azevedobastos.not.br

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

¹**Código de Autenticação Digital:** 107212212200909768765-1

²**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ N° 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b5ccd7c9ba316fa984582b8c08eec3d8d5e008066a051929ab8ffc91b324afed0ef303a41b4d568ee155000c64a4416499
012aff7c8ebda670a1c7a20eee7322d



Presidência da República
Casa Civil
Medida Provisória Nº 2.200-2,
de 24 de agosto de 2001.

